



A FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DO PNE (2014-2024): UMA ANÁLISE DE RESULTADOS E DE PROJEÇÕES ENTRE BRASIL E CEARÁ

Continuing training within the PNE framework: na analysis of outcomes and projection between Brazil and Ceará

La formación continua en el contexto del PNE (2014-2024): un análisis de resultados y de proyecciones entre Brasil y Ceará

Mônika Alencar Rocha¹, Simone Silveira Amorim², Claudiuscia Mendes do Carmo³

Universidade Tiradentes (UNIT-SE), Brasil

RESUMO

As políticas públicas voltadas à formação continuada de professores alavancam uma discussão profunda sobre os impactos desses mecanismos na rotina letiva e na profissionalização docente, tendo em vista as metas propostas pelos Planos Educacionais. Levando-se em consideração que este é o último ano do atual PNE (2014-2024), reflexões sobre sua execução e seus resultados são bastante relevantes não só para quem trabalha diretamente com a educação, mas a todos os cidadãos que necessitam refletir sobre as políticas públicas que regem o país. A partir dessa contextualização, o presente estudo faz uma análise quanto ao cumprimento da meta 16 do atual PNE (2014-2024), que versa sobre Formação Continuada, em nível nacional, e traça um comparativo com os resultados obtidos pelo estado do Ceará, no período de 2013 a 2022. Para isso, foram utilizados os relatórios do Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação, disponibilizados no sítio eletrônico do INEP, por meio de uma pesquisa documental, expositiva e exploratória de caráter quanti-qualitativa. Para fundamentar o estudo, foram utilizadas como aporte teórico as pesquisas de Bonetti (2007), Dourado (2019) e Lima (2008) sobre Políticas Públicas, e Nóvoa (2002) sobre Formação Continuada. Os resultados apontam que tanto o Brasil quanto o Ceará obtiveram avanços consideráveis e que, se a projeção de crescimento continuar, alguns indicadores podem ter a meta atingida até o fim de 2024.

Palavras-chave: Formação Continuada Docente; Meta 16 do PNE e PEE-CE; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Public policies aimed at continuing education of teachers leverage a deep discussion about the impacts of these mechanisms on the teaching routine and teacher professionalization, in view of the goals proposed by the Educational Plans. Taking into account that this is the last year of the current PNE (2014-2024),

¹ Mestranda em Educação da Universidade Tiradentes (PPGE/UNIT-SE). Professora da Secretaria da Educação do Ceará, com atuação na Escola Estadual de Educação Profissional Rita Matos Luna, Jucás/CE. Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas. ORCID id: <https://orcid.org/0009-0000-6842-5193> . E-mail: monikaarochaaraujo@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT). É líder do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas, integra o Núcleo de Estudos de Cultura da UFS/NECUFS e o Observatório de Educação Tiradentes (OBET). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-1305-6017>. E-mail: simone.silveira@souunit.com.br.

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGL/UERN). Professora da Secretaria da Educação do Ceará, com atuação na Escola Estadual de Educação Profissional Rita Matos Luna, Jucás/CE. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-7549-9390>. E-mail: claudmdc.23@gmail.com

reflections on its implementation and results are quite relevant not only for those who work directly with education, but to all citizens who need to reflect on the public policies that govern the country. From this contextualization, the present study analyzes the achievement of goal 16 of the current PNE (2014-2024), which deals with Continuing Education, at the national level, and draws a comparison with the results obtained by the state of Ceará, from 2013 to 2022. For this, we used the reports of the Monitoring Panel of the National Education Plan, made available on the website of INEP, through a documentary, expository and exploratory research of quanti-qualitative character. To substantiate the study, the research of Bonetti (2007), Dourado (2019) and Lima (2008) on Public Policies, and Nóvoa (2002) on Continuing Education were used as theoretical contributions. The results indicate that both Brazil and Ceará have made considerable progress and that, if the growth projection continues, some indicators may have reached the target by the end of 2024.

Keywords: Teacher Training; Goal 16 of the PNE and PEE-CE; Public Policies.

RESUMEN

Las políticas públicas volcadas a la formación continua de profesores impulsan una discusión profunda sobre los impactos de esos mecanismos en la rutina lectiva y en la profesionalización docente, teniendo en vista las metas propuestas por los Planes Educativos. Teniendo en cuenta que este es el último año del actual PNE (2014-2024), reflexiones sobre su ejecución y resultados son bastante relevantes no solo para quien es trabajar directamente con la educación, sino a todos los ciudadanos que necesitan reflexionar sobre las políticas públicas que rigen el país. A partir de esa contextualización, el presente estudio hace un análisis en cuanto al cumplimiento de la meta 16 del actual PNE (2014-2024), que versa sobre Formación Continua, a nivel nacional, y traza un comparativo con los resultados obtenidos por el estado de Ceará, en el período de 2013 a 2022. Para ello, se utilizaron los informes del Panel de Monitoreo del Plan Nacional de Educación, disponibles en el sitio electrónico del INEP, por medio de una investigación documental, expositiva y exploratoria de carácter cuantitativo-cualitativo. Para fundamentar el estudio, fueron utilizadas como aporte teórico las investigaciones de Bonetti (2007), Dorado (2019) y Lima (2008) sobre Políticas Públicas, y Nóvoa (2002) sobre Formación Continua. Los resultados apuntan que tanto Brasil como Ceará obtuvieron avances considerables y que, si la proyección de crecimiento continúa, algunos indicadores pueden tener la meta alcanzada hasta finales de 2024.

Palavras-chave: Formação Continua Docente; Meta 16 del PNE y PEE-CE; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A formação docente é uma temática importante e desafiadora diante do contexto educacional brasileiro, considerando que a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento social da nação e possui como centro do processo a figura do professor. Esse profissional é a principal engrenagem do fazer pedagógico e tem como responsabilidade possibilitar o acesso ao conhecimento por meio de metodologias de aprendizagem que atendam ao contexto educacional diante das intensas e rápidas transformações do mundo contemporâneo. Com base nesse entendimento, diferentes políticas públicas de fomento à formação docente vêm sendo criadas e/ou reajustadas no intuito de fortalecer o conhecimento dos educadores para as demandas do universo educativo e também possibilitar melhores condições de trabalho.

Ao verificar essa problemática por uma ótica temporal, compreende-se, inicialmente, que todo período histórico possui sua importância e precisa ser devidamente estudado e analisado para que seja possível entender o presente. Nesse viés, constata-se que a educação brasileira conheceu muitos avanços e retrocessos ao longo do tempo. No período colonial, por exemplo, o país teve como base a educação jesuíta; no século XIX, as constituições de 1824 e 1891 faziam poucas referências à educação, deixando

claro o caráter não prioritário dela. No século seguinte, é possível observar transformações sociais significativas, promovidas sobretudo pelos movimentos intelectuais voltados à educação, como a Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros⁴, que exigiam mudanças no campo educacional. Nos anos 60 do século XX, houve uma importante modificação na educação do país com a reorganização do ensino brasileiro, contemplando diferentes etapas, que vão desde a Educação Infantil ao Ensino Superior (Saviani, 2008).

Esses diferentes aspectos do universo educacional têm como base a promoção de Políticas Públicas, que nascem do próprio contexto social, como apresenta Boneti (2007, p. 13), pois são “o resultado da dinâmica de jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, envolvendo grupos políticos, econômicos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”.

Nesse contexto, a educação possuiu a ter um lugar de destaque na Carta Magna de 1988, tendo nela a previsibilidade da criação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9.394/96) (Brasil, 1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Esses instrumentos têm como objetivo possibilitar que o cumprimento da Constituição seja efetivado e que a educação seja de fato um direito de todos e não uma espécie de “letra morta”, como se evidencia nas constituições anteriores. No entanto, é imperativo recordar que essas conquistas aconteceram como resultado de forças que se somaram (sociedade) para mudar um governo ditatorial e extremamente elitista, consoante ocorrido entre os anos de 1964 a 1985. Diante disso, esses aparatos legislativos representam o início de um processo lento e gradual de abertura e constante busca pela transformação da sociedade brasileira com base no ideal democrático.

O cenário educacional, que advém das discussões e impulsiona a promulgação dessas leis, leva a entender que as políticas públicas ligadas à educação são compreendidas como um conjunto de decisões que intervêm diretamente na realidade social dos indivíduos, uma vez que não são ferramentas estáticas. Assim, tendo em vista que os eventos históricos acontecem em determinados espaços e tempos e, com isso, evidenciam diferentes contextos socioeducacionais, compreende-se que as políticas públicas são ações operacionalizadas diante desses contextos diversos, o que leva ao entendimento de que políticas públicas nascem da relação entre o Estado, a sociedade civil e as classes sociais (Boneti, 2007).

Seguindo essa linha de raciocínio, o presente artigo **objetiva** analisar os resultados relativos à formação continuada docente com base nas estratégias e resultados da meta 16 do atual Plano Nacional de Educação (PNE), por meio de um comparativo entre os dados do Brasil e do Ceará, levando em consideração o marco temporal de 2013 a 2022.

Esta pesquisa, a partir de uma análise documental, é fruto de um ensaio sobre formação continuada e dialoga com outras propostas de estudo que tratam sobre a temática da formação docente associada aos mecanismos de monitoramento provenientes dos Planos de Educação. Assim, ressalta-se como exemplo o estudo de Fernandes Júnior e Silva Júnior (2022), que apresentam um monitoramento da

⁴ A Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros foram movimentos que impulsionaram reflexões e transformações sobre os rumos da instrução brasileira. O Manifesto é considerado a certidão de nascimento da educação nacional, um documento que defendia que a educação era um direito de todos e todas, sendo gratuita e obrigatória. Saviani (2008, p. 216) afirma que Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo compunham a “trindade cardinalícia do movimento da Escola Nova”.

meta 16 do PNE no período de 2013 a 2020, em nível nacional, e propõem reflexões sobre os dados coletados tendo como base a discussão sobre políticas públicas educacionais voltadas à formação continuada de professores. Também é dada ênfase à pesquisa de Oliveira (2020) que discute os impactos da formação continuada em nível de pós-graduação de docentes da rede de ensino cearense, ressaltando a importância de políticas públicas para atender a formação contínua que os professores necessitam.

A contribuição da proposta para essa problemática tem como principal **justificativa** a importância e a necessidade de aferir se o PNE (2014-2024) e o Plano Estadual de Educação do Ceará – PEE-CE (2016-2024) estão conseguindo ser eficazes no tocante à melhoria dos índices das formações continuadas voltadas aos profissionais do magistério, dentro do período estipulado. Além disso, este estudo propõe uma reflexão aos docentes e à sociedade sobre os motivos que promoveram o alcance (ou não) de tal meta, o que implica diretamente na valorização da docência e na necessidade de especialização da profissão.

O artigo está estruturado em quatro tópicos. O primeiro, esta introdução, apresenta o tema, a contextualização, o objetivo e a justificativa do estudo. O segundo traça o delineamento metodológico e detalha os procedimentos utilizados para a produção do presente trabalho. O terceiro tópico apresenta discussões teóricas sobre a temática das políticas públicas voltadas à educação, além de tecer considerações sobre o PNE e o PEE do Ceará com foco na meta 16 e nas estratégias voltadas à formação continuada, bem como os resultados da pesquisa, coletados por meio do monitoramento da meta 16 em nível nacional e cearense. Por fim, são expostas as considerações finais que trazem as reflexões sobre os dados observados, além das lacunas e das recomendações para estudos futuros.

No tópico que segue, é apresentada a sistematização metodológica da pesquisa, no intuito de esclarecer o passo a passo utilizado para realizar a coleta dos dados e, com base nessas informações, estabelecer reflexões sobre a temática abordada.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A **metodologia** adotada tem como base a pesquisa documental, de natureza descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa. Optou-se por essa abordagem porque a pesquisa quantitativa é fundamental quando se trata de compreender e mensurar dados de uma realidade, da mesma forma que a qualitativa não se limita a dados isolados, mas a entender a realidade como uma construção social (Minayo, 2007). Dessa maneira, é preciso transcender o debate quali-quantitativo e investigar a complexa realidade educacional brasileira a partir de abordagens diversificadas e combinadas.

Como bem assevera Minayo (2007, p. 12), o “objeto das Ciências Sociais é histórico”, assim pode-se inferir que cada sociedade existe e é construída em um espaço específico, da mesma forma que tem suas particularidades e diferenças. Dessa maneira, buscou-se compreender, além dos dados obtidos pelo Sistema de Monitoramento do PNE (2014-2024), as relações sociais, processos, fenômenos e contextos em que a meta 16, Formação Continuada, se desenvolveu no Brasil e no Ceará.

Como procedimento metodológico, realizou-se uma minuciosa pesquisa a partir da base de dados do Inep, mais especificamente do Sistema de Monitoramento do PNE (2014-2024), que é disponibilizado a cada dois anos com dados de todo o Brasil e onde constam também gráficos e tabelas que possibilitam uma visão macro e micro em âmbito nacional, regional e estadual.

De posse dessas informações, que são de domínio público⁵, iniciou-se a análise dos dados que possibilitaram o presente estudo. Foram utilizados como referência somente os dados relativos à meta 16 do PNE e do PEE-CE e seus indicadores, por meio de uma análise quali-quantitativa, ancorada na discussão teórica sobre políticas públicas e formação continuada.

No tópico a seguir, verifica-se o detalhamento dos dados obtidos, com reflexões acerca dos resultados, articulados à literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PNE, PEE-CE e a Formação Continuada Docente: os desafios de aprender e ensinar

Ao definir o Estado brasileiro, Dourado (2019) afirma que estamos diante de um estado patrimonial, excludente e de classes, sendo historicamente marcado pelo conservadorismo e colonialismo que ainda hoje impulsionam as demandas de mercado. Esses aspectos têm impactos na educação e, conseqüentemente, na formação e na valorização de professores.

O discurso em torno do tema formação continuada e valorização da docência é relativamente novo. Há cerca de quatro décadas, as questões educacionais e sua ampliação de direitos têm se tornado mais evidentes, ou seja, a educação ainda está em processo de desenvolvimento no rol de prioridades das políticas públicas.

Nesse sentido, Nóvoa (2002) propõe reflexões acerca da formação continuada, que são pertinentes a este trabalho, pois o autor chama a atenção para a valorização de formações que levem o docente a refletir sobre sua responsabilidade enquanto profissional e protagonista no desenvolvimento de políticas educativas. Assim, é importante que o docente promova discussões e aponte sugestões, e que também auxilie no processo de implantação e execução dessas políticas, sempre de forma ativa, para que haja uma maior integração entre o campo político e o social em sua prática educativa.

Sobre essa problemática, Lima (2008) aponta que estudos e fatos históricos do Brasil mostram que há uma fragilidade orgânica na articulação entre o campo político e o social, pois há uma centralização dos poderes e das decisões em alguns órgãos e grupos favorecidos economicamente, que, por sua vez, repudiam a organização democrático-popular.

Essa fragilidade orgânica pode ser observada em diversos atos legislativos que versam sobre a melhoria dos direitos sociais da população, como se verifica no campo educacional. Na década de 60 do século passado, a Lei nº 4.024 de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB/1961),

⁵ O estudo dispensou a apreciação e autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa, pois não envolveu seres humanos para a coleta das informações, apenas dados informacionais já publicados, sendo a legalidade e a ética respeitadas, assim como os direitos e ideias originais autorais.

incumbiu o Ministério da Educação e do Desporto de organizar e monitorar o Plano Nacional de Educação. No entanto, sua concretização não logrou êxito nas constituições de 1961 e 1967, sendo isso possível somente na constituição de 1988 (Brasil, 1988), com o processo de redemocratização do país (Saviani, 2008).

Destarte, a democratização no Brasil possibilitou discussões sobre acesso, permanência, qualidade, equidade, valorização, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, temas importantes para a construção do Plano Nacional de Educação, que só seria efetivado em 2001, com duração de dez anos. Um processo longo e que dependeu da criação da Lei nº 9.131/1995, instituindo a atribuição de elaborar e monitorar ao Conselho Nacional de Educação; e da Lei nº 9.394/1996, que definiu as diretrizes e bases da educação nacional. A partir dessas duas leis, institui-se o PNE (2001-2011).

O referido plano (PNE 2001-2011) foi fruto de ampla disputa política e ideológica. De um lado, estava o Ministério da Educação (MEC), na figura de Paulo Renato de Souza, que elaborou o PNE sob um viés ligado à lógica da eficiência e da qualidade. Do outro lado, estavam os sindicatos, movimentos sociais e órgãos não- governamentais, que organizaram dois Congressos Nacionais de Educação para discutir propostas na perspectiva da igualdade de oferta para todas as regiões do país, visando também à ampliação do acesso, da qualidade e da expansão de recursos para a educação. As duas propostas de PNE resultaram em dois projetos de lei que tentaram perante a sociedade sua legitimação e tramitaram ao mesmo tempo no Congresso Nacional. Por fim, o PNE se tornou um produto dos dois projetos, embora as propostas do governo, à época Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), compusessem maioria (Secchi *et al.*, 2021)

Ainda na vigência do PNE (2001-2011), a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 (Brasil, 2006), que modificou o Art. 206 da Carta Magna, inciso V, trouxe para o cerne da discussão a “valorização dos profissionais da educação”, que no entendimento atual vai além de valorização pecuniária, e discute elementos como formação continuada, condições de trabalho, organização em demandas que estimulem o debate sobre educação, reconhecimento social, assim como a figura do docente como protagonista em questões que versem sobre educação (Weber, 2015).

Findou-se o PNE (2001-2011) e um lapso temporal de três anos existiu até que o congresso aprovasse o novo PNE (2014-2024). O novo documento sofreu inúmeras mudanças, pois foi fruto de pressões políticas, empresariais e também dos setores sociais que se posicionaram de maneira firme a fim de garantir direitos (Hypolito, 2015). Assim, o atual PNE foi elaborado a partir do resultado de demandas de diferentes movimentos sociais, promovidos por profissionais da educação, sindicalistas, representantes comunitários, pais, estudantes e diversos grupos interessados que participaram das conferências (Brasil, 2015).

Da mesma forma, os Planos Estaduais de Educação foram pensados, de modo que o Estado do Ceará construiu seu PEE a partir do resultado de conferências estaduais e municipais, sendo aprovado em

2016, dois anos após o atual PNE, e com vigência até 2024, seguindo as diretrizes e metas estabelecidas na lei maior, contendo 21 metas, uma a mais que o PNE (Ceará, 2016).

Dentre as metas estabelecidas pelo PNE (2014) e pelo PEE do Ceará (2016), selecionou-se como objeto de estudo a 16. A referida meta, em ambos os planos, é igual e versa sobre a formação continuada de professores pretendendo “formar 50% dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação e garantir a todos os profissionais da educação Formação Continuada na sua área de atuação” (Brasil, 2015).

É importante ressaltar que, nos dois planos, a formação em nível de pós-graduação não faz distinção entre o *lato sensu* e o *stricto sensu* e que há dois indicadores a serem analisadas para a mensuração da meta: “16A - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* e 16B - Percentual de professores que realizam cursos de formação continuada” (Brasil, 2015).

Observa-se que a lei fala sobre “garantir a todos os profissionais da educação Formação Continuada na sua área de atuação” (Brasil, 2015). No entanto, destaca-se que os índices elencados pelos sistemas de monitoramento, tanto nacional como estadual, dizem respeito apenas aos profissionais que exercem a função de docente, o que não estaria de acordo com a afirmativa de atendimento a “todos os profissionais da educação”, que contemplam, além do magistério, aqueles que exercem atividades administrativas, financeiras e tantas outras dentro e fora do espaço escolar e que, nesse contexto, não estão inseridos nos dados.

Os resultados disponíveis na plataforma do Inep, que constam no Painel de Monitoramento do PNE (2014-2024), com foco nos indicadores da Meta 16 do ano de 2013 até o ano de 2022, serão apresentados a seguir. Optou-se por dividir a seção em dois eixos, sendo o primeiro destinado a descrever e analisar os dados relativos ao indicador 16A e o segundo voltado aos dados do indicador 16B. É importante destacar que os resultados extraídos da base de dados do Inep e analisados neste estudo fazem referência apenas aos professores da Educação Básica que atuam em sala de aula.

Meta 16 e o indicador 16A: Brasil e Ceará

Conforme explicitado anteriormente, o indicador 16A diz respeito à formação docente voltada aos estudos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Ao analisar esses indicadores, verificou-se que, em 2013, o percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação era de 30,2% dos profissionais do Brasil e que, em 2022, esse percentual era de 47,4%. Nota-se que houve aumento considerável de 17,2%. Esse crescimento se deu paulatinamente, consoante se pode comprovar na tabela 1:

Tabela 1. Meta 16, em nível nacional, do indicador 16A

BRASIL – META 16 – INDICADOR 16 A- PROFESSORES COM FORMAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO (2013-2022)		
ANO	PERCENTUAL	NÚMERO DE PROFESSORES COM PÓS-GRADUAÇÃO
2013	30,2%	658.621
2014	31,4%	700.527
2015	32,9%	734.024
2016	34,6%	776.898
2017	36,2%	812.949
2018	37,2%	845.891
2019	41,3%	933.810
2020	43,4%	966.767
2021	44,7%	997.699
2022	47,4%	1.121.867
CRESCIMENTO (2013-2022)	17,2%	463.246 PROFESSORES A MAIS COM PÓS-GRADUAÇÃO

Fonte: As autoras.

Nota: Com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Monitoramento do PNE, (Inep, 2022).

De acordo com os dados da tabela 1, para atingir a meta de 50%, proposta pelo PNE, é necessário haver um crescimento de apenas 2,6%. Levando-se em consideração que o PNE tem vigência até 2024 e que não houve atualização no sistema de monitoramento para os anos de 2023 e 2024, alcançar a meta se apresenta como possível, caso a progressão continue, pois com base nos percentuais anuais, observa-se que há uma crescente de, pelo menos, 1% a cada ano, sendo que o último resultado aponta um crescimento de 2,7%.

No estado do Ceará, o PEE só foi aprovado dois anos depois do plano nacional e observa-se que havia uma diferença considerável de 6,2% em comparação com os índices nacionais, pois, em 2013, o referido estado somava somente 24% de seus docentes da Educação Básica em nível de pós-graduação. Em 2022, esse índice atingiu o percentual de 46,9%, o que indica uma variação positiva de 22,9%, consoante se pode observar na tabela 2:

Tabela 2. Meta 16, em nível estadual (Ceará), do indicador 16A.

CEARÁ – META 16 – INDICADOR 16 A- PROFESSORES COM FORMAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO (2013-2022)		
ANO	PERCENTUAL	NÚMERO DE PROFESSORES COM PÓS-GRADUAÇÃO
2013	24%	23.089
2014	25,1%	24.387
2015	25,9%	25.619
2016	28,2%	27.861
2017	30,1%	29.955
2018	32,9%	32.616
2019	37,3%	37.109
2020	38,8%	38.634
2021	41,7%	40.292
2022	46,9%	48.893
CRESCIMENTO (2013-2022)	22,9%	25.804 PROFESSORES A MAIS COM PÓS-GRADUAÇÃO

Fonte: As autoras.

Nota: Com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Monitoramento do PNE, (Inep, 2022).

Projetando o crescimento do Brasil e do Ceará nos anos de referência⁶, entre 2013 e 2022, verifica-se que o Ceará apresentou, em 2013, um percentual inicial inferior comparado aos dados da média nacional, com uma diferença de 6,2%. Infere-se que o advento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação e, posteriormente, pelo PEE, impulsionaram a Formação Continuada dos docentes do Ceará, em nível de pós-graduação, o que se pode comprovar com os percentuais de 2022, em que o estado avançou 22,9%. Os números atestam que o Ceará obteve um crescimento geral superior aos apresentados em nível nacional, com uma diferença de 5,7%. No entanto, mesmo com o crescimento positivo, são necessários ainda 3,1% para se atingir a meta, o que é possível, caso as progressões dos dados dos anos de 2023 e 2024 sejam proporcionais aos dois últimos anos avaliados (2021 e 2022), em que o aumento foi de 2,9% e 5,2%, respectivamente.

Embora o indicador apresentado não faça distinção entre pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, é importante conhecer os números de professores nesse nível de formação. O Censo da Educação Básica/Inep (2013-2022) (Inep, 2022) aponta que o maior crescimento nacional se deu em pós *lato sensu*, com um percentual de 14,7% a mais entre os anos de referência. Em contrapartida, o aumento do número de mestres e doutores continua a ser um grande desafio, pois perfazem o percentual de 1,7% e 0,6%, respectivamente. A situação desse índice no Ceará mostra um crescimento superior ao nacional na pós-graduação *lato sensu*, com 20,7%, e o crescimento de mestres e doutores bem próximos à média nacional, com 1,5% e 0,6%, respectivamente.

Outro ponto significativo a se considerar é a modalidade de formação continuada dos professores, pois é necessário compreender a formação continuada dos docentes como um processo de redes de (auto)formação em que se busque perceber o sujeito como ser global, que pode assumir a formação dentro de um processo interativo e dinâmico (Nóvoa, 2002) e não simplesmente com o término de cursos, que muitas vezes são aligeirados para se alcançar índices e metas governamentais.

Nesse tocante, os dados fornecidos pelo Inep, em 2019, indicaram que 88,7% dos cursos de formação docente foram ministrados no formato EAD e em instituições privadas. Embora não seja objetivo deste estudo discutir de forma aprofundada sobre as diferentes modalidades de oferta de cursos de aperfeiçoamento e/ou pós-graduação no Brasil, esse dado estimula reflexões sobre a necessidade da ampliação de oferta de cursos e vagas em instituições públicas, em diferentes formatos, o que pode proporcionar um monitoramento mais específico sobre as características dessas formações, e também promover melhores condições à especialização docente, tanto em termos financeiros quanto aos relativos ao tempo para dedicação às atividades formativas.

Sobre essa perspectiva, cabe acrescentar ações como o Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica (ProEB), uma política pública do Ministério da Educação voltada para a

⁶ Embora os dados apresentados indiquem um efeito comparativo entre os números do Ceará e do Brasil, o intuito desse contraponto é didatizar as informações de crescimento relativas aos dois planos (nacional e estadual) com relação à meta 16. Desse modo, a análise não possui o objetivo de situar o Ceará em uma posição específica de crescimento, o que seria possível apenas com o comparativo com outros estados da federação, análise que transcende o objetivo deste estudo.

formação *stricto sensu* para docentes que atuam em salas de aulas da educação básica, criado em 2011. Essa política tem como parcerias “as instituições de ensino superior (IES) ou redes de instituições associadas do país, responsáveis pela implantação e execução de cursos com áreas de concentração e temáticas vinculadas diretamente à melhoria da Educação Básica” (CAPES, 2023a).

Segundo informações do site oficial da CAPES (2023a), o programa conta atualmente com 12 cursos de mestrado profissional, associados a diferentes áreas/disciplinas dos cursos de licenciatura, além de um curso de doutorado profissional também voltado à formação de professores. Em 2023, com a expansão dessa modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, a CAPES divulgou uma nova área de avaliação para monitoramento da qualidade dessa oferta de cursos: Ciências e Humanidades para a Educação Básica. Essa necessidade advém das características específicas e objetivos dos cursos, que diferem dos programas acadêmicos, além de serem também elementos da Política Nacional de Formação de Professores (CAPES, 2023b).

O ProEB representa um avanço para a formação docente *stricto sensu* e pode ser um fator de impacto, no avanço dos percentuais constantes no monitoramento do PNE, embora as informações do Inep sobre o quantitativo de mestres e doutores atuantes na educação básica ainda se apresente como um número desafiador.

Nesse sentido, cabe acrescentar que as políticas de fomento à formação continuada devem ter como prioridade a pesquisa no campo educacional e, com isso, há a necessidade de ampliação do percentual de mestres e doutores que atuam na Educação Básica. Essa medida apresenta-se como urgente no Brasil e no Ceará, visto que a melhoria da educação também está atrelada ao tempo de qualidade dedicado à formação, assim como à infraestrutura que o docente necessita ter durante esse processo e às condições financeiras para se especializar e, como consequência, aplicar seus conhecimentos na rotina letiva e elevar o potencial da escola enquanto lugar em que se promove também a prática da pesquisa.

Meta 16 e o indicador 16 B: Brasil e Ceará

Analisar-se-á, daqui por diante, o indicador 16B da meta objeto de estudo. É importante reforçar que o Censo apresenta apenas o número de professores que estão em sala de aula e que o pré-requisito que cada professor precisa cumprir para ser considerado formação continuada é a “carga mínima de 80 horas” (INEP, 2020, p. 340).

Em relação ao indicador 16B da meta 16, que tem o intuito de elevar em 50% o percentual de professores que realizam formação continuada na sua área de formação, verificam-se, na tabela 3, os seguintes índices em âmbito nacional:

Tabela 3. Meta 16, em nível nacional, do indicador 16B.

BRASIL – META 16 – INDICADOR 16 B- PROFESSORES COM FORMAÇÃO CONTINUADA NA SUA ÁREA DE FORMAÇÃO (2013-2022)		
ANO	PERCENTUAL	NÚMERO DE PROFESSORES EM FORMAÇÃO CONTINUADA
2013	30,6%	667.277
2014	31,6%	704.570
2015	31,4%	701.782
2016	33,3%	747.061
2017	35,1%	787.042
2018	36,0%	820.646
2019	38,3%	865.840
2020	39,9%	890.258
2021	40,0%	893.015
2022	40,9%	969.478
CRESCIMENTO (2013-2022)	10,3%	302.201 A MAIS DE PROFESSORES EM FORMAÇÃO CONTINUADA

Fonte: As autoras.

Nota: Com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Monitoramento do PNE, (Inep, 2022).

Os dados do Inep (2022) apresentam um avanço de 10,3%. No ano de referência, 2013, os números apontam que 30,6% dos professores estavam fazendo algum curso de formação continuada. Já no último ano, esse percentual é de 40,9%. Infere-se que o advento da pandemia pode ter contribuído com a redução do crescimento nos últimos anos, no entanto, seria necessário um estudo específico para verificar esse impacto. Dessa forma, mesmo com um crescimento visível, atingir a meta estabelecida para o indicador 16B, em nível nacional, não é tão simples, visto que faltam 9,1% para alcançar os 50% projetados.

O mesmo indicador 16B do PEE do Ceará alcançou melhores resultados. Em 2013, o percentual era de 31,8%, já acima da média nacional. Em 2022, a meta foi atingida, com 51,2% dos professores do Ceará realizando formação continuada. Assim, constata-se que, de 2013 a 2022, o aumento foi de 19,4%, conforme tabela 4, a seguir:

Tabela 4. Meta 16, em nível estadual (Ceará), do indicador 16B.

CEARÁ – META 16 – INDICADOR 16B- PROFESSORES COM FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO (2013-2022)		
ANO	PERCENTUAL	NÚMERO DE PROFESSORES COM PÓS-GRADUAÇÃO
2013	31,8%	30.541
2014	33,6%	32.699
2015	34,6%	34.203
2016	36,8%	36.387
2017	38,4%	38.227
2018	40,1%	39.779
2019	44,0%	43.808
2020	46,4%	46.152
2021	47,7%	46.147
2022	51,2%	53.368
CRESCIMENTO (2013-2022)	19,4%	22.827 PROFESSORES A MAIS EM FORMAÇÃO CONTINUADA

Fonte: As autoras.

Nota: Com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Monitoramento do PNE, (Inep, 2022).

Faz-se necessário explicar que, entre 2019 e 2020, foi implantada, no Ceará, durante o governo Camilo Santana (2015-2022), a Iniciativa Foco na Aprendizagem (IFA), que foi fortalecida nos anos seguintes com a realidade pandêmica e as graves implicações na educação. Hoje, a IFA faz parte de um projeto macro, o Ceará Educa Mais⁷, que consiste em ações estruturantes pensadas e implantadas com a finalidade de aprimorar e fortalecer a educação cearense (SEDUC, 2024a). A seguir, apresentamos a descrição dessa iniciativa, conforme informações do site oficial da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC/CE):

O Foco na Aprendizagem [...] consiste numa ação formativa que busca construir uma agenda na Seduc/CE e em suas coordenadorias regionais, para a análise e o aprofundamento dos resultados e trajetórias das/os estudantes, articulados ao uso do Material Didático Estruturado (MDE) com diferentes abordagens, recursos didáticos e metodológicos que se caracterizam, especialmente, pela troca de experiência e pela construção coletiva do conhecimento, por intermédio da formação continuada entre pares, contemplando as/os professoras/es de todas as áreas do conhecimento que atuam na rede estadual.

As formações do Foco na Aprendizagem acontecem desde 2019 e continuam até a presente data, sendo realizadas através de uma plataforma educacional *online* desenvolvida pela SEDUC-CE, chamada de AVACED, sob responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (Coded/CED).

Além da formação específica do Foco na Aprendizagem, com objetivos voltados à recomposição das aprendizagens dos estudantes, a Coded/CED também é responsável pela oferta do Programa de Formação de Professores: Itinerários Formativos, que ocorre desde 2018. Esse programa tem como objetivo “realizar cursos de formação continuada para os professores da rede pública estadual de ensino, criando uma rede de compartilhamento de conhecimentos com vistas ao aperfeiçoamento das práticas didáticas e metodológicas” (SEDUC, 2020). Os itinerários contemplam diferentes áreas de atuação, com cargas horárias em torno de 150h, e são ministrados com base na metodologia híbrida.

Com base na realidade cearense, infere-se que o crescimento do indicador 16B pode, em parte, ser explicado por meio das ações e mecanismos criados pelo estado, como o exemplo da Iniciativa Foco na Aprendizagem e dos Itinerários Formativos, para se adequar ao PNE e PEE, que nos últimos 3 anos cresceu consideravelmente, totalizando um avanço de 7,2%.

Diante dessa problemática, recorre-se à Nóvoa (2002) para afirmar que a formação continuada dos professores não pode figurar apenas à margem dos projetos da escola. Assim, o PNE e os planos estaduais têm se configurado como uma evolução na educação brasileira e têm conseguido atender a alguns anseios da comunidade educacional relacionados a políticas públicas voltadas à formação continuada docente.

Cabe acrescentar que, ao longo das últimas décadas, observa-se o fortalecimento de um discurso injusto, que culpabiliza o professor pelo sucesso ou insucesso de seu alunado, uma concepção errônea,

⁷ [...] o Programa Ceará Educa Mais é constituído de 25 ações destinadas à progressiva melhoria da qualidade da educação cearense. O programa, lançado em 2021, está fundamentado em oito eixos: Aperfeiçoamento pedagógico; Desenvolvimento e Qualificação dos Professores; Avanço na Aprendizagem; Tempo Integral; Cuidado e Inclusão; Preparação para o Enem; Educação Conectada; e Qualificação Acadêmica e Profissional dos Estudantes. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/ceara-educa-mais/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

visto que o processo educacional possui uma complexidade que envolve uma série de fatores que impactam diretamente na rotina da sala de aula. Na contramão desse discurso, é urgente a valorização do profissional que está na linha de frente da educação, o que permeia diferentes sentidos ao termo valorizar, sendo um deles o fortalecimento de políticas de formação continuada e de pós-graduação, o que se configura como elemento essencial para uma educação de qualidade com equidade.

CONCLUSÕES

Em tempos de realização de um balanço das metas desenhadas há uma década e também de discussões para a criação de um novo Plano Nacional de Educação, é imperativo e necessário refletir, acompanhar e participar de políticas públicas eficazes no tocante à formação continuada dos docentes da Educação Básica. Com base nisso, este trabalho buscou mensurar e analisar os dados relativos à meta 16 do PNE (2014-2024), em âmbito nacional, e realizar um comparativo com a mesma meta do PEE do Estado do Ceará, utilizando como referência o recorte temporal 2013-2022.

Os dados apontaram que o primeiro indicador analisado (16A) obteve um considerável crescimento tanto no Brasil quanto no Ceará, visto que conseguiram atingir, até o momento, os percentuais de 47,4% e 46,9%, respectivamente. Esse resultado indica que, até o ano de 2022, a meta de 50%, estabelecida tanto pelo PNE quanto pelo PEE do Ceará não foi atingida, embora os números apontem para uma possibilidade de alcance até a finalização do prazo, 2024, tendo em vista a constância de crescimento dos últimos anos.

É relevante também refletir sobre a qualidade e as condições em que os professores realizaram e realizam essas formações continuadas, para que de fato os conhecimentos construídos contribuam às práticas docentes e não sirvam apenas para alcançar metas numéricas estabelecidas. Um dos aspectos a serem observados é a importância da ampliação da oferta de cursos de aperfeiçoamento e também de pós-graduação gratuita em instituições públicas, visto que, segundo dados do Inep (2020), 88,7% dos cursos de formação docente foram ministrados no formato EAD e em instituições privadas. Esse alto número pode indicar que a procura por essa modalidade advém de fatores como o tempo para dedicação à formação e a menor oferta de propostas de formação da iniciativa pública. A transformação desse cenário proporcionaria o fortalecimento da parceria da escola com as universidades, além de diminuição de custos financeiros aos docentes.

O segundo indicador analisado (16B) também apresentou índice positivo, tanto nacional quanto estadual. O estado do Ceará, no entanto, obteve um crescimento acima da média e, em 2022, alcançou e ultrapassou a meta estipulada, chegando a 51,2%, números que podem ser associados às estratégias e programas de formação continuada propostas pelo estado. Esse avanço percentual não aconteceu em nível nacional, cujo índice resultou em 40,9%, faltando então 9,1% para alcançar a meta estabelecida, dado que representa um desafio, tendo em vista os números atingidos anualmente e o curto tempo para finalização do prazo estipulado.

As discussões propostas neste estudo abrem um leque de possibilidades de aprofundamento teórico-metodológico no que diz respeito ao debate sobre políticas públicas voltadas à formação docente. É importante destacar que os dados numéricos representam reflexões sobre a problemática discutida e estimulam a formulação de sugestões para as questões debatidas, contribuindo com os estudos referentes às metas e às estratégias estabelecidas pelos Planos Educacionais que dizem respeito à formação continuada de professores.

Embora alguns números ainda apresentem desafios, é notório que há avanços relativos às metas, mas a equidade ainda é algo distante de ser alcançada em um país desigual e continental como o Brasil, assim como a maturação dos processos educativos e formativos que estão atrelados às políticas de governo, que muitas vezes são descontinuadas. Da mesma forma, é preciso entender que as pressões e a participação popular são importantes para que mais políticas públicas educacionais de valorização e formação docente sejam incorporadas à sociedade brasileira e produzam melhorias no sistema educacional.

REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm

Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 28 dez. 2023.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Mestrado Profissional para Professores da educação Básica – ProEB**. 2023a. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/proeb>.

Acesso em: 17 abr. 2024.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Criada área de avaliação para programas de formação de professores**. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/criada-area-de-avaliacao-para-programas-de-formacao-de-professores>.

Acesso em: 17 abr. 2024.

CEARÁ (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei nº 16.025, 30 de maio de 2016**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (2016/2024). Ceará: ALECE, 2016. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Foco na Aprendizagem**: Ensino Médio. 21 jan. 2020. Apresentação do Power Point. Disponível em: https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2022/04/Plano-Foco-na-Aprendizagem_21jan2020.pdf Acesso em: 5 mai. 2023

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Ceará educa mais**. [2024?a]. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/ceara-educa-mais/>. Acesso em: 15 maio 2023.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Foco na aprendizagem**. [2024?b]. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/foco-na-aprendizagem-2/>. Acesso em: 15 maio 2023.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Programa de formação continuada de professores**: itinerários formativos. [2024?c]. Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/ambiente-de-apoio-a-formacao-docente/cursos-de-formacao-seduc/itinerarios-formativos/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandez. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019224639>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vsCq3LjxSXYrmZDgFWwk7tG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2023.

FERNANDES JÚNIOR, Rubens Rodrigues; SILVA JÚNIOR, Weber Tavares. Monitoramento e implicações da evolução dos indicadores da meta 16 do Plano Nacional de Educação. *In*: IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI – EnAPG, 2022. Lisboa. **Anais eletrônicos [...]**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/7c33e57e3dbd8a52940fa1a963aa4a4a.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

HYPOLITO. Álvaro Luiz Moreira. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015150376>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/MBxtWzyDKPwx8N3LL9f74pM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Novo Painel de Monitoramento do Plano Nacional da Educação - PNE**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/estudos-educacionais/pne-inep-atualiza-painel-de-monitoramento>. Acesso em: 12 jan. de 2024.

LIMA, Antônio Bosco de. Estado, democracia e educação. *In*: FIGUEIREDO, Irene Marilene Zago; ZANARDINI, Isaura Monica Souza; DEITOS, Roberto Antônio. **Educação, políticas sociais e estado no Brasil**. Curitiba: Fundação Araucária, 2008. p. 77-104.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26 ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

OLIVEIRA, Raimunda Pereira de Macedo. **A formação continuada como mediação para a práxis docente**: capacitação, esclarecimento e emancipação. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2020.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SECCHI, Leonardo; NUNES, Gissele Souza de Franceschi; CHAVES, Thiago José de. O Plano Nacional de Educação: análise do processo de construção de uma política pública tipicamente brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 13, n. 4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i4.11584>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351568433010>. Acesso em: 05 dez. 2024.

WEBER, Silker. O Plano Nacional de Educação e a valorização docente: confluência do debate nacional. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 495-515, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015150375>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/XjFKb8R5jCFPS4j8GCmFQGx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2024.

Submetido: 05/06/2024

Correções: 03/12/2024

Aceite Final: 13/12/2024